



PIEF 2019 -2020

INTRODUÇÃO

O regime de avaliação dos alunos do PIEF está previsto no ponto 11.3 do Despacho conjunto n.º 948/2003, de 26 de setembro, pelo que, a avaliação dos destinatários obedece aos princípios fixados para cada modalidade e ciclo de ensino e é orientada por critérios de competência, de acordo, também, com os princípios previstos no ponto 6 do Despacho Normativo n.º 1/2005.

A avaliação no âmbito do PIEF constitui-se como uma peça central na medida em que é encarada como constante, individualizada, debatida e usada para regular e orientar o aluno e o professor. Assim, nos termos do ponto 6 do Despacho conjunto n.º 948/2003, de 26 de setembro, o PEF compreende uma fase de avaliação, a qual abrange a avaliação da evolução do plano, com vista a assegurar a sua adaptação às necessidades do menor, e a avaliação final, ambas orientadas por critérios de competência. Por isso, nos termos do exposto e considerando os princípios previstos no ponto 4 do Despacho conjunto n.º 948/2003, de 26 de setembro, designadamente, de individualização, acessibilidade, flexibilidade, celeridade e atualização, é possível a aprovação e consequente certificação de jovens em qualquer momento do ano, de acordo com o previsto nos números 53 e 54 do Despacho Normativo n.º 1/2005, de 5 de janeiro.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação das aprendizagens e competências assenta nos seguintes princípios:

- a) Consistência entre os processos de avaliação e as aprendizagens e competências pretendidas, de acordo com os contextos em que ocorrem;
- b) Utilização de técnicas e instrumentos de avaliação diversificados;
- c) Primazia da avaliação formativa com valorização dos processos de autoavaliação regulada e sua articulação com os momentos de avaliação sumativa;
- d) Valorização da evolução do aluno;
- e) Transparência e rigor do processo de avaliação, nomeadamente através da clarificação e da explicitação dos critérios adotados;
- f) Diversificação dos intervenientes no processo de avaliação.

Cabe ao professor orientar e observar os alunos, procedendo aos registos de avaliação que se adaptem a cada uma das diversas situações de aprendizagem de acordo com o domínio do saber – competências da disciplina e domínio do Ser e do Estar – Competências Pessoais e Sociais.

Ciências Naturais/Higiene, Saúde e Segurança no Trabalho

	CrITÉrios de Análise	Ponderação	Instrumentos de avaliação
Domínio do saber – competências da disciplina	3- Trabalho extra-aula 11- Expressão oral 12- Expressão escrita 13- Saberes e aprendizagens 14- Metodologia 15- Conteúdos 17- Resolução de problemas	40%	Informação diagnóstica (por meio de fichas e/ou diálogo com o aluno) Registos de observação direta. Portefólio / trabalhos elaborados
Domínio do Ser e do Estar – Competências Pessoais e Sociais	1- Assiduidade 2- Pontualidade 4- Responsabilidade 5- Comportamento 6- Relacionamento 7- Participação 8- Recursos 9- Cooperação 10- Informação 16- Autoavaliação	60%	Fichas de auto e heteroavaliação. Outros instrumentos que a equipa pedagógica considerar pertinentes

O regime de avaliação dos alunos será o determinado na legislação em vigor, salientando-se o seguinte:

- A avaliação é contínua e constitui o processo regulador das aprendizagens, orientador do percurso educativo e formativo e certificador das competências. Assume carácter diagnóstico, formativo e sumativo;
- A avaliação diagnóstica realiza-se no momento da integração do aluno e em qualquer momento considerado pertinente pelos docentes;
- A avaliação formativa assume carácter contínuo e sistemático;
- A avaliação sumativa consiste na formulação de uma síntese de informações recolhidas no âmbito da avaliação formativa, sobre o desenvolvimento das aprendizagens e competências e é da responsabilidade da Equipa Técnico-Pedagógica, por proposta dos vários professores que a compõem;



- Os instrumentos de avaliação devem considerar o contexto, a heterogeneidade e a motivação dos alunos bem como contemplar a diferenciação pedagógica, as metas e os percursos de cada um;
- A avaliação formativa deverá ser negociada com os alunos de modo a promover a sua segurança, empenho e sucesso educativo;
- Instrumentos de avaliação – privilégio à observação e à avaliação dos processos de aprendizagem com recurso aos seguintes instrumentos: grelhas de avaliação, grelhas de verificação, entrevistas, grelhas de autoavaliação, fichas formativas e outros que a equipa pedagógica considerar pertinentes;
- A avaliação sumativa é trimestral (Natal, Páscoa e final de ano), salvo se houver alunos em condições de certificação, sendo nesse momento sujeitos a uma avaliação sumativa extraordinária;
- A avaliação terá sempre como referencial o PEF individual e ou agrupado, de acordo com o Despacho Conjunto n.º 948/2003 de 26 de setembro;
- A avaliação sumativa dá origem a uma tomada de decisão sobre a progressão ou retenção do aluno, expressa através das menções, respetivamente, de Transitou ou Não transitou, no final de cada ano, e de Aprovado(a) ou Não aprovado(a), no final de cada ciclo);
- A decisão de progressão do aluno ao ano de escolaridade seguinte é uma decisão pedagógica e deverá ser tomada sempre que o conselho de turma considere:
 - a) Nos anos terminais de ciclo, que o aluno desenvolveu as competências necessárias para prosseguir com sucesso os seus estudos no ciclo ou nível de escolaridade subsequente, salvaguardando-se, no caso do 9.º ano de escolaridade, o estabelecido no n.º 40;
 - b) Nos anos não terminais de ciclo, que as competências demonstradas pelo aluno permitem o desenvolvimento das competências essenciais definidas para o final do respetivo ciclo.